

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 533.069 - SP (2019/0273567-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : CARLOS HENRIQUE BISSOLI DE ALMEIDA
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE BISSOLI DE ALMEIDA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP414349
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGINALDO BRAGA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em favor de **REGINALDO BRAGA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente não obteve êxito em seu pleito de livramento condicional requerido perante o Juízo da Execução (e-STJ, fl. 32).

Contra esta decisão, a defesa interpôs agravo em execução junto ao Tribunal estadual, que desproveu o recurso, em acórdão assim ementado:

"EXECUÇÃO PENAL. Livramento condicional. Benefício indeferido em primeira instância, por falta do requisito subjetivo. Sentenciado condenado por delitos graves, com razoável tempo de pena a cumprir, além de registrar a anotação de doze faltas de natureza grave. Necessidade de permanência no regime em que se encontra, para ser mais bem observado. Decisão mantida. Agravo improvido" (e-STJ, fl. 70).

Neste *writ*, alega o impetrante, em síntese, que o paciente preencheu "os requisitos objetivo consistente no lapso temporal já implementado e subjetivo ante atestado de bom comportamento carcerário, não sendo razoável que faltas graves anteriores já penalizadas obstem concessão do benefício; afirma ainda desnecessidade de prévia progressão de regime como pressuposto da concessão do benefício de livramento condicional (sic, e-STJ, fls. 3/14)" (e-STJ fl. 98).

Requer a concessão da ordem para que lhe seja deferido o benefício do livramento condicional.

Liminar indeferida (e-STJ fl. 81).

Informações prestadas (e-STJ fls. 87-96).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 98-100).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Desse modo, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

Superior Tribunal de Justiça

O pedido de livramento condicional foi indeferido pelo Juízo de 1º grau e a decisão foi confirmada pela Corte de origem, mediante a seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 65):

"[...] Apesar de ter cumprido o lapso de tempo necessário e contar com atestado de bom comportamento carcerário (fls. 05), verifica-se, no caso, que o agravante foi condenado pela prática de crimes graves e possui, ainda, longa pena a cumprir, pois o seu término está previsto para 30 de outubro de 2031 (fls. 07). **Além disso, REGINALDO registra a anotação de doze faltas de natureza grave e uma de natureza média (fls. 13/14), revelando, assim, histórico prisional altamente conturbado, o que demonstra o seu despreparo para usufruir o benefício pleiteado.**

Importante frisar que, embora a gravidade dos crimes e a longevidade da pena não constituam, de forma isolada, causas impeditivas do livramento condicional, elas implicam na necessidade de maior rigor na verificação dos requisitos objetivos e subjetivos, pois a colocação do sentenciado com longa pena a cumprir em total liberdade, amplia as tentações de ele voltar a delinquir e colocar em sério risco a segurança da sociedade.

Assim, levando-se em consideração que, em fase de execução, vige o princípio "in dubio pro societate", mostra-se de todo conveniente que o sentenciado permaneça tempo suficiente no regime em que se encontra para que possa ser mais bem observado e se constate de maneira irrefutável sua aptidão e adaptação para o gradual retorno ao convívio em sociedade" (e-STJ fls. 71-72, grifou-se).

A teor do disposto no art. 83 do Código Penal, o livramento condicional será deferido aos condenados com pena privativa de liberdade superior a 2 anos, desde que atendidos determinados requisitos objetivos e subjetivos, constituindo estes na comprovação de comportamento satisfatório durante a execução da pena, a saber, observância das obrigações que lhe foram impostas, bom desempenho no trabalho que lhe fora atribuído e aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto. Confira-se o teor do mencionado artigo:

"Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso;

III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração;

V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza;

Parágrafo único - Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento

Superior Tribunal de Justiça

ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir."

Ressalte-se ainda que, de acordo com a reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a conduta do reeducando, no curso do cumprimento da pena, deve ser avaliada de forma global e contínua, sendo inadmissível qualquer limitação temporal para a consideração das faltas por ele cometidas na análise do preenchimento do requisito subjetivo. Nesse sentido: AgRg no AREsp 943.328/MS, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 13/9/2016, DJe 26/9/2016; AgRg no AREsp 933.539/MS, rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, j. 2/8/2016, DJe 16/8/2016.

Desse modo, a negativa de concessão do benefício é medida que se impõe, devendo ser mantida, mormente diante da prática de diversas faltas disciplinares de natureza grave (doze no total), uma de natureza média demonstrando uma conduta carcerária conturbada.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. INDEFERIMENTO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. HISTÓRICO CARCERÁRIO CONTURBADO. PRÁTICA DE FALTAS DISCIPLINARES DE NATUREZA GRAVE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE FLAGRANTE. INEXISTÊNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Legítima é a denegação de livramento condicional com base em fundamentos concretos, que acarretam o não preenchimento do requisito subjetivo, como o histórico carcerário conturbado do apenado.
2. Decisão monocrática mantida.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 414.730/MS, rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, j. 6/3/2018, DJe 14/3/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTAS GRAVES. REQUISITO SUBJETIVO. NÃO PREENCHIMENTO. DELIMITAÇÃO TEMPORAL PARA O FIM DE SUA AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO A SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não obstante o alegado preenchimento de todas as exigências para a concessão do livramento condicional, o fato é que as instâncias ordinárias consideraram não observado o requisito subjetivo, uma vez que o agravante praticou quatro faltas graves, sendo que a última praticada em 2012 ensejou, inclusive, a sustação do regime semiaberto.
2. Dessa forma, como já referido, o entendimento das instâncias locais não destoou da remansosa jurisprudência da Terceira Seção, assentada no sentido de que a prática de falta grave pode, sim, denotar ausência de requisito subjetivo positivo para a concessão do

livramento condicional, não havendo, portanto, o que rever nesse ponto.

3. Quanto ao argumento de necessária delimitação do período de aferição do requisito subjetivo, sob pena de dupla punição pelo mesmo fato, também sem razão o agravante, pois não há porquê restringir o alcance da norma do art. 83, III, do Código Penal.

4. A depender da gravidade da natureza dos crimes ensejadores do encarceramento, do quantum total da pena a ser cumprida, e das faltas graves eventualmente cometidas, o julgador deverá analisar o comportamento do condenado durante todo o período de execução da pena para o fim de averiguar seu merecimento ao benefício de livramento condicional.

5. Na hipótese, o agravante - condenado à pena de 21 (vinte e um) anos, 9 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão - está a cumprir sua quarta execução, por crimes cometidos mediante violência contra pessoa, inclusive um latrocínio, tendo praticado três faltas graves, além do rompimento do lacre de tornozeleira eletrônica, ainda sob apuração.

6. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1007861/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017).

"*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO DE PENA. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. AUSÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

1. A Quinta Turma deste Tribunal adota o entendimento de que a decisão motivada, consubstanciada em circunstâncias concretas, ao não reconhecer o preenchimento do requisito subjetivo para obtenção da benesse executória penal, encontra-se em conformidade com os artigos 83 do Código Penal, e 112, § 2º, da Lei n. 7.210/84.

2. Na hipótese, o paciente, beneficiado com a saída temporária, quando se encontrava no cumprimento da pena em regime semiaberto, cometeu falta de natureza grave - consistente em danificar o aparelho de monitoramento eletrônico que portava -, o que demonstra ausência de merecimento para obter o benefício do livramento condicional.

3. Habeas corpus não conhecido, por ser substitutivo do recurso cabível." (HC 242.182/SP, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 26/10/2012).

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, para se modificar os fundamentos utilizados pelas instâncias ordinárias quanto ao preenchimento do requisito subjetivo do paciente, mostra-se necessário o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do *habeas corpus*.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte:

"[...]

1. Na espécie, o entendimento do Tribunal a quo encontra-se em harmonia com a jurisprudência consolidada por esta Corte Superior de Justiça, no sentido de que a prática de falta grave impede a concessão da progressão de regime prisional, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo exigido durante o resgate da pena, nos termos do art. 112 da Lei de Execução Penal.

2. Registre-se que é firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de *habeas corpus*, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 463.303/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018).

"[...]

1. Inexiste constrangimento ilegal no ponto em que, de forma devidamente fundamentada, foi indeferida ao apenado a progressão de regime, haja vista as peculiaridades do caso, dado o histórico prisional conturbado do apenado - que se evadiu do sistema prisional na última progressão de regime. Não se trata, portanto, de consideração da gravidade abstrata dos crimes cometidos pelo apenado (latrocínio) ou da longa pena ainda por cumprir (cujo término está previsto para 2031), mas do histórico de faltas graves cometidas, o que revela, concretamente, sua inaptidão a cumprir pena em regime mais brando.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 376.984/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator